

Políticas públicas não podem ter “pudor” em ser elas próprias “agentes de mudança”, defende Inês dos Santos Costa

5 de Fevereiro, 2021

“Há reconhecimento da importância (da sustentabilidade) mas não há comprometimento”. Esta é uma das conclusões que podem ser retiradas do “Estudo de Impacto da COVID-19 na Sustentabilidade” desenvolvido pela Aliados Consulting e pela Porto Business School. Foram avaliadas empresas de diversos setores, predominantemente dos concelhos do Porto, Lisboa e Aveiro, representando 82,1% dos inquiridos. As empresas participantes apresentam diferentes números de colaboradores, correspondendo a uma amostra diversificada.

Os resultados foram apresentados esta quinta-feira no Fórum “What’s Next, Intelligent Growth: A new roadmap for sustainable prosperity for all” promovido na rede LinkedIn da Porto Business School.



Inês dos Santos Costa, secretária de Estado do Ambiente, foi uma das oradoras convidadas para comentar os resultados do estudo. Para a responsável, as conclusões são demonstrativas do “paradoxo” entre aquilo que “nós (política pública de ambiente) entende o que é o papel das empresas em termos de prossecução do um desenvolvimento mais sustentável do país” e, aquilo, que “o setor privado entende ser essa sustentabilidade e o seu papel de contribuição para essa sustentabilidade”. A sustentabilidade é, assim, quase como um “sistema de bonecas russas”, ou seja a sociedade é dependente de um sistema natural e de um sistema social e a economia e as empresas integram-se dentro destes dois sistemas: “Não podemos ver a economia, o ambiente ou a sociedade como pilares desintegrados e que a sustentabilidade só acontece quando os interesse dos três pilares se cruzam”, refere, ressaltando que, “as empresas e os agentes sociais têm que zelar por aquilo que está na base de que lhes permite desenvolver e prosperar”. E os resultados refletem essa diferença de

visão: “As empresas querem mudança mas depois não têm instrumentos e as ferramentas integradas no seu ADN que lhes permite concretizar a mudança”. Outro resultado que mereceu “surpresa” foi precisamente, as empresas terem respondido “muito positivamente à utilização dos ODS 2030” no entanto, tal resposta é “dissonante” com a “governança” dentro da empresa, refere.

A secretária de Estado do Ambiente não tem dúvidas do papel “transformador” que as políticas públicas têm no contexto onde os agentes económicos operam: “São uma arma muito importante para empurrar os agentes para determinados comportamentos”. E, nestas matérias, a responsável destaca a “mudança considerável” naquilo que é o “enquadramento do financiamento público” a esta transformação: “Cada vez mais todo o financiamento acaba por obedecer a determinados objetivos sociais e nacionais alinhados com princípio de bem-estar social e bem-estar ambiental, ao qual quem acede a esses financiamentos tem que se comprometer para poder ter esse apoio para continuar o seu negócio”. Para Inês dos Santos Costa, a “mudança de paradigma” na forma com se “financia as empresas e o setor privado” acaba por ser um “momento *pivot*” que, também, “vai ajudar as empresa fazer essa mudança interna”. E as políticas públicas não podem ter “pudor” em ser elas próprias “agentes de mudança”, independentemente, das “contrariedades” que possa ter: “O enquadramento público tem que zelar por tudo e não só por aquilo que tem preço mas, também, por aquilo que não tem preço e que não tem preço mesmo porque dependemos muitas vez dele para viver”, atenta.

[blockquote style="2"]Essa mudança e transformação vai depender de líderes e de campeões fortes[/blockquote]

Inês dos Santos Costa defende que o caminho deve ser feito para um sistema onde, cada vez mais, “as empresas assumem a sua quota responsabilidade” em serem também elas “zeladoras desses bens públicos”. E o “contexto político” e os “instrumentos de política pública” têm um papel fundamental em fazer isso, afirma. Ainda assim, a secretária de Estado do Ambiente reconhece que nem sempre é fácil: “Foram 100 anos a pensar de maneira linear. Tudo foi pensado com o *mindset* linear. E agora numa década estão a pedir-nos para fazer uma viragem de 180 graus”. Por isso, é normal as “barreiras” que, muitas vezes, são impostas, quer sejam pelas empresas, quer sejam pelos governos: “Isso assusta e gera anticorpos logo à partida”, afirma.

Mas, Inês dos Santos Costa alertou que na situação atual não há tempo para adaptações: “Cada vez mais, essa mudança e transformação vai depender de líderes e de campeões fortes que sejam, também, sensíveis a estas questão e as queiram influenciar no seu ecossistema mais próximo em termos dos mesmos princípios e dos mesmos valores”.

Às empresas, a secretária de Estado do Ambiente foi clara: “Não deixem de ousar e de procurar novos instrumentos para reinventar o modelo de negócio e a posição de como atuam no mercado”. Mais do que consumidores, as empresas lidam com cidadãos: “O vosso produto e a maneira de estar no mercado pode ter impacto na forma como a pessoa enquanto cidadão se comporta proativamente para o bem-estar da sociedade e para o bem-estar natural. Usem usar o poder que têm para conseguirem fazer esse caminho”, sustenta.

[blockquote style="2"]Não há uma economia saudável num planeta doente[/blockquote]

O debate contou também com **Patrícia Teixeira Lopes**, associate dean da **Porto Business School**, que salientou o “papel fundamental e desafiante” que as *business school* têm no processo das empresas. Olhando para os resultados, não restam dúvidas de que a “importância do tema” (sustentabilidade) está no “*top of mind*” dos empresários, mas quando se olha para a prática, “estamos muito longe daquilo que é necessário implementar para ter uma reconstrução da economia como precisamos”. Desta forma, o papel que as *business school* estão a ter é crucial, nomeadamente na forma como estão a “incutir”, seja na “definição estratégica” ou na “definição de negócio” da empresa a “cultura” e o “*mindset*” de sustentabilidade. Depois, acresce a isto, o contexto atual em que se vive: “É o melhor momento que temos na nossa geração para trazermos esta necessidade de transformação”, diz. A responsável acredita que a Covid-19, além de trazer a vontade de se “evoluir para outro paradigma” trouxe também a “necessidade de se converter modelos de negócios” sendo esta “a oportunidade para que a sustentabilidade entre transversalmente em todas áreas da entidade” e, também, que “extravasam” as fronteiras da empresa.

“Não há uma economia saudável num planeta doente”, afirma Patrícia Teixeira Lopes, para dizer que, antes da pandemia, “as alterações climáticas” a “escassez de recursos” eram temas de longo-prazo, mas agora o cenário mudou: “Veio acelerar esse processo. Hoje vivemos uma evidência clara e objetiva que aqueles problemas que só iam acontecer aos nossos netos aconteceram agora e a pandemia é um exemplo disso”. Além disso, acrescenta a responsável, as questões de sustentabilidade que sempre foram impulsionadas pelos “*millennials*”, são agora transversais a toda a população que se preocupam com o tema com o sistema: “Às empresa é uma questão de sobrevivência e de competitividade e para terem lucro têm que incluir na sua equação os temas da sustentabilidade”.

[blockquote style="2"]O imperativo moral e ético já não é suficiente[/blockquote]

Para **Rui Coutinho**, executive director for innovation and development da **Porto Business School**, o estudo mostra que o “campeonato da consciência” está ganho: “As ideias força dos ODS constituem uma força agregadora e há uma identificação e uma vontade de contribuir para o desenvolvimento sustentável”. No entanto, atenta, falta ganhar o “campeonato da ação” ou seja “as empresas têm capacidade para reconhecer e identificar os sinais” mas, “admitem não ter capacidade para agir perante esses sinais”. E essa é a “ponte” que falta fazer, precisa.

A visão do responsável é que o “imperativo moral e ético” já não é suficiente: “O lucro é o que move as empresas e aquilo que as empresas estão a perceber é que o lucro é o melhor meio para atingir um fim maior, que é a proteção e a regeneração do capital natural e do planeta e, simultaneamente, de uma sociedade justa e equitativas e mais feliz”.

Quanto ao papel das academias, Rui Coutinho considera que estão a “compreender, a procurar e a concetualizar desenvolver ferramentas e

indicadores” para ajudar as empresas a agir perante os sinais. E aquilo que é fundamental dizer às empresas é: “A vossa competitividade e o limite da vossa sobrevivência está diretamente associada à proteção, à regeneração do planeta e à construção de uma sociedade mais justa. É uma missão vossa e se vocês não perceberem isso, os vossos clientes vão perceber e se perceberem primeiro vão optar por outras soluções, produtos e serviços”. Rui Coutinho defende uma mudança transversal: “Não vai ser só o departamento ou a pessoa. É preciso associar esse processo de transformação ao processo de competitividade, de sobrevivência e de sustentabilidade da própria organização”.

E como preocupação, Rui Coutinho destaca as pequenas empresas: “Têm recursos mais limitados e o dono é muita coisa em simultâneo e a tentação de correr ao óbvio leva muitas vezes, apesar da consciência que possa, ter, tomar decisões que não são ajustadas a esses princípios e, decisões que a médio e longo-prazo correm contra elas próprias e reduz a competitividade”. No entanto, o responsável reconhece que as “políticas públicas” estão a orientar nesse sentido